

PEDAGOGIAS DE FAVELAS: EDUCAÇÃO POPULAR, EMANCIPAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO

PEDAGOGIES OF FAVELAS: POPULAR EDUCATION, EMANCIPATION AND DECOLONIZATION

PEDAGOGÍAS DE BARRIOS POPULARES (FAVELAS): EDUCACIÓN POPULAR, EMANCIPACIÓN Y DESCOLONIZACIÓN

Marcelo de Jesus Arouca¹

Cláudia Pons Cardoso²

Resumo: As favelas são territórios marcados historicamente pela negação de direitos, mas são também lócus de rica diversidade sociocultural. Nestes contextos, as escolas têm potencial transformador de contribuir para a construção de sociedades mais equânimes. Destarte ao se questionar sobre quais elementos devem compor as práticas curriculares comprometidas com a transformação social em comunidades de favela, o presente trabalho visa apresentar uma perspectiva pedagógica de viés emancipatório e descolonizador centrado de forma crítica nas construções culturais, identitárias, históricas e epistemológicas das comunidades de favelas. Para tanto, partindo de análises bibliográficas e apresentando resultados de pesquisa monográfica, realizada com estudantes e professores de escola pública, são discutidos alguns elementos socioculturais relevantes de serem incluídos nas práticas pedagógicas educacionais. Como resultados o artigo apresenta elementos necessários à construção de perspectivas pedagógicas emancipadoras e descolonizadoras, comprometidas com a transformação social com base na cultura dos sujeitos das favelas, reconhecendo suas potencialidades e contradições a partir do diálogo horizontal com a comunidade local e os movimentos sociais representantes dos anseios populares.

Palavras-chave: Diversidade. Pedagogias de favelas. Periferias Urbanas.

Abstract: Favelas are territories historically marked by the denial of rights, but they are also locus of rich sociocultural diversity. In these contexts, schools have the transformative potential of contributing to the construction of more equitable societies. Thus, when questioning which elements should make up the curricular practices committed to social transformation in favela communities, this paper aims to present a pedagogical perspective with an emancipatory and decolonizing bias critically centered on the cultural, identity, historical and epistemological constructions of communities of slums. For that, starting from bibliographic analysis and presenting results of monographic research carried out with public school students and teachers, some relevant sociocultural elements are discussed to be included in educational pedagogical practices. As a result, the article identifies elements necessary for the

¹ Educador Social. Pedagogo. Mestre em Educação em Contemporaneidade. Professor do Ensino Fundamental I no município de Salvador-BA. Docente em regime temporário na Universidade do Recôncavo da Bahia. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3976-2120>. E-mail: maismarceleza@gmail.com.

² Docente Titular da Universidade do Estado da Bahia. Docente do Programa de Pós-Graduação ProHistória/UNEB. Pesquisadora do Centro de Estudos em Gênero, raça/etnia e sexualidade Diadorim. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0918-0602>. E-mail: ponscardoso@yahoo.com.br.

construction of emancipatory and decolonizing pedagogical perspectives, committed to social transformation based on the culture of the people in the favelas, recognizing their potential and contradictions from the horizontal dialogue with the local community and social movements representing the popular longings.

Keywords: Diversity. Favela's pedagogies. Urban Outskirts.

Resumen: Los barrios populares (favelas) son territorios marcados históricamente por la negación de derechos, pero también son lócus de una rica diversidad sociocultural. En esos contextos, las escuelas tienen un potencial transformador para contribuir a la construcción de sociedades más equitativas. De esta manera, al cuestionarse sobre los elementos que deben integrar las prácticas curriculares comprometidas con la transformación social en barrios populares (favelas), el presente trabajo busca presentar una perspectiva pedagógica de carácter emancipador y descolonizador, centrado de forma crítica en las construcciones culturales, identitarias, históricas y epistemológicas de las comunidades de dichos barrios. Para ello, partiendo de análisis bibliográficos y presentando resultados de una investigación monográfica, realizada con estudiantes y profesores de una escuela pública, son discutidos algunos elementos socioculturales relevantes a ser incluidos en las prácticas pedagógicas educativas. Como resultados, el artículo presenta elementos necesarios para la construcción de perspectivas pedagógicas emancipadoras y descolonizadoras, comprometidas con la transformación social a partir de la cultura de los sujetos de los barrios populares (favelas), reconociendo sus potencialidades y contradicciones a partir del diálogo horizontal con la comunidad local y los movimientos sociales representantes de las necesidades y deseos populares.

Palabras-clave: Diversidad. Pedagogías de barrios populares (favelas). Periferias urbanas.

Introduzindo as quebras pedagógicas

2

As favelas são territórios de complexidades em que a grande riqueza da diversidade multicultural se reinventa em palcos cotidianos de conflitos, tecituras de acordos de solidariedade, ressignificações culturais, e, sobretudo, de construções diárias de estratégias de superação das adversidades historicamente impostas pelo excludente sistema social, econômico e político vigente.

Contudo, mesmo com as adversidades cotidianas, diariamente as favelas (re)criam culturas e saberes diversificados, produzindo arte, ciência, estética, construindo identidades por meio das singulares vivências atravessadas pela multiculturalidade, que ali reside e resiste. Deste modo, as favelas integram contextos de negação de direitos e resistência sociocultural.

Nesta conjuntura, a escola compõe a favela e é parte deste cenário multicultural. Propor pontes para o diálogo no seio deste multiverso cultural é uma necessidade, mas não a única. É primaz a discussão acerca das conquistas de direitos, superação das desigualdades e das relações de opressão, construindo caminhos equânimes para todas as pessoas. Além disto,

é essencial o reconhecimento e a valorização das próprias identidades, saberes e culturas produzidas nas favelas.

Assim, ao se questionar sobre quais elementos devem compor as práticas curriculares comprometidas com a transformação social em comunidades de favela, o presente artigo se propõe a apresentar uma perspectiva pedagógica de viés emancipatório e descolonizador centrada de forma crítica nas construções culturais, identitárias, históricas e epistemológicas das comunidades de favelas. Para tanto, partindo de análises bibliográficas e apresentando resultados de pesquisa monográfica. Serão discutidos elementos socioculturais relevantes para debate e inserção nas práticas educacionais desenvolvidas em centros urbanos. Neste sentido, dialogaremos com as categorias, educação emancipadora e descolonização, com o intuito de construir as bases das Pedagogias de Favelas, objetivando a elaboração de uma perspectiva de educação enraizada na luta contra o racismo, a misoginia, a LGBTfobia, em favor da equidade social.

Iniciaremos, neste artigo, a discussão trazendo concepção de favela voltada para a perspectiva sociocultural. Em seguida discutiremos a educação emancipadora e logo depois a perspectiva descolonizadora para, na seção seguinte, apresentarmos as Pedagogias de Favelas, tomando por referência reflexões resultantes de pesquisa realizada em uma escola estadual localizada na cidade de Salvador-BA. A referida pesquisa voltou-se para investigar as relações de aproximações e distanciamentos entre a cultura de discentes de favelas e o currículo escolar. Constituiu-se metodologicamente enquanto pesquisa de abordagem qualitativa e de viés exploratório, sendo desenvolvida através de investigação de campo, onde contou com a participação de estudantes do ensino fundamental II, reunidos em grupo focal, e entrevista de professoras (es) de uma mesma escola, localizada em comunidades favelares. A pesquisa também trouxe para o diálogo, através de entrevistas, estudantes evadidos de outras escolas. Todos moradores da região do entorno da escola ou de bairros próximos. Os nomes são fictícios e foram escolhidos pelos participantes a partir de elementos de autoidentificação.

Favelas: Resistência e re-existência

Favela é um termo polissêmico que, a depender de quem profere e do interlocutor, despertará diferentes significados, paisagens e sentimentos. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) define favela por:

conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais deve ser feita com base nos seguintes critérios:

a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e

b) Possuírem pelo menos uma das seguintes características:

- urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
- precariedade de serviços públicos essenciais.

Os aglomerados subnormais podem se enquadrar, observados os critérios de padrões de urbanização e/ou de precariedade de serviços públicos essenciais, nas seguintes categorias: invasão, loteamento irregular ou clandestino, e áreas invadidas e loteamentos irregulares e clandestinos regularizados em período recente (IBGE, 2010, p. 19).

A definição apresentada pelo IBGE dialoga em parte com o conceito apresentado por Silva et al. (2009), que definem favela a partir dos perfis, sociopolítico, socioeconômico, socio urbanístico e sociocultural. Dizem os autores, favela se caracteriza como “território onde a incompletude de políticas e de ações do Estado se fazem historicamente recorrentes”, de modo geral, são “territórios sem garantias de efetivação de direitos sociais, fato que vem implicando a baixa expectativa desses mesmos direitos por parte de seus moradores”. Ainda na caracterização do perfil socioeconômico, a favela se constitui em “território onde os investimentos do mercado informal são precários, principalmente o imobiliário, o financeiro e o de serviços”, é marcada pela existência de “distâncias socioeconômicas consideráveis quando se trata da qualificação do tempo/espaço particular às favelas e os das condições presentes na cidade como um todo” (SILVA et al., 2009, p. 96). Em termos socioeconômicos as favelas concentram desigualdades, resultantes da falta de investimentos, promovendo a limitada distribuição de recursos financeiros no território.

Em relação ao perfil socio urbanístico, explicam os autores, a favela se apresenta como território de edificações caracterizadas pela autoconstrução, sem obediência aos padrões urbanos normativos do Estado. Característica usada contra os próprios moradores, posto que o Estado deposita sua ausência na especificidade das autoconstruções, justificando a não oferta de serviços públicos básicos, como transporte, iluminação e rede de esgoto devido à falta de condições estruturais para implementação dos serviços. Assim, a favela “significa uma morada urbana que resume as condições desiguais da urbanização brasileira e, ao mesmo

tempo, a luta de cidadãos pelo legítimo direito de habitar a cidade” (SILVA et al., 2009, p. 97). A favela se faz (re)existência, representando a parcela excluída na própria cidade.

O perfil sociocultural, segundo os autores, apresenta a favela como um “território de expressiva presença de negros (pardos e pretos) e descendentes de indígenas, de acordo com a região em que ela se localiza, configurando identidades plurais no plano da existência material e simbólica” (SILVA et al., 2009, p. 97). Completando o perfil sociocultural os autores afirmam que:

As diferentes manifestações culturais, artísticas e de lazer na favela possuem um forte caráter de convivência social, com acentuado uso de espaços comuns, definindo uma experiência de sociabilidade diversa do conjunto da cidade. Superando os estigmas de territórios violentos e miseráveis, a favela se apresenta com a riqueza da sua pluralidade de convivências de sujeitos sociais em suas diferenças culturais, simbólicas e humanas (SILVA et al., 2009, p. 97).

Assim, a partir da realidade do percurso histórico brasileiro, a população afro indígena encontra na favela seu refúgio e faz dela seu abrigo, constituindo territórios singulares de relações socioculturais outras, destoando do resto da cidade. Esta perspectiva de superação dos estigmas de violência com base na pluralidade de convivências dos sujeitos das favelas foi verificada na pesquisa monográfica. No diálogo com estudantes, que se identificavam enquanto “favela”, constatamos o orgulho e o afirmativo sentimento de pertencimento frente ao lugar que habitavam. Ao serem solicitados a dizer o que entendiam por favela, estudantes participantes dos grupos focais disseram:

Daniela: como eu disse, eu acho que é tudo a mesma coisa. Favela é a gente morar um perto do outro, aquelas casas assim amontoadas uma na outra. Ah, acho bacana morar em favela. Ninguém não leva a mal, sabe. Por exemplo, pra ele é uma ofensa, mas pra gente, a gente releva, porque pra gente é tipo uma família. Todo mundo se conhece, todo mundo se abraça.

Mateus: Favela é um lugar de paz, alegria para crianças, os moradores sempre respeitam. Lá na rua, na favela, tem casa, empina arraia.

Nego do Borel: O que acontece com um de lá da favela, os moradores tudo apoiam, tá ligado, mas tem que ser pelo certo (AROUCA, 2017, p. 37).

As discussões promovidas por estudantes revelam proximidades em determinado aspecto com as definições apresentadas anteriormente, como a descrição do tipo de habitação construída encontrada na favela, entretanto, revela distanciamentos. O grupo de estudantes oferece uma definição marcada pela vivência no território, nesse movimento, a compreensão é atravessada pela afetividade de quem é forjado na comunidade, sendo que a diversidade

cultural e a predominância da população negra são elementos centrais da compreensão. Para entendimento da identidade dos sujeitos de favela, a negritude traz elementos indispensáveis, como a solidariedade enquanto estratégia de resistência. A estética e a música são elementos imprescindíveis na constituição das identidades negras e da cultura de favela.

Quanto às dimensões espaciais, o conceito de bairros negros propicia o entendimento de elementos importantes na conceptualização da favela. A autoconstrução do bairro, a caminhabilidade, a conviviabilidade, a multifuncionalidade são aspectos presentes nas favelas que interagem com as identidades dos sujeitos. À medida que moradores seguem construindo o próprio bairro em que moram, se engendra uma rede de caminhos diversos, constituídos de becos, ruas, escadarias e ladeiras que conectam toda a comunidade local. Neste processo, áreas públicas e privadas se confundem, e todo, e qualquer espaço é lócus de convívio, de encontros, de trocas entre seus sujeitos. Como em algumas localidades africanas, as ruas, calçadas, lojas e edificações atendem a diferentes funções, servindo de paisagem para que moradores possam tecer suas relações, exercer seu labor e expressar múltiplas manifestações culturais.

As diferenças entre as definições também são atravessadas por marcas e expressões das lutas de resistência manifestas pela sua população para se fazer (re)existir nos centros urbanos. A carência de políticas públicas, a singularidade urbanística e o caráter socioeconômico expressam, por um lado, a marginalização a qual as favelas são submetidas e, por outro, as estratégias de sobrevivência explicitam a força desta resistência. Assim:

Favela é uma determinação subjetiva, isto é, um desejo dos pobres de permanecer na cidade, de construir estratégias cotidianas para uma vida melhor mesmo em situações de precariedade, violência e risco. As conquistas da favela, tanto no plano material quanto simbólico, pressupõem esse momento anterior, primeiro e constituinte, que é o sentido (pleno) da permanência na cidade (SILVA, 2013, p. 43).

Partindo desta discussão, podemos compreender as favelas como territórios que demandam investimentos do capital privado e principalmente do Estado nos setores sociais como saúde e educação, por exemplo, mas também nos setores econômico e de infraestrutura urbana e de serviços. Entretanto, contrapondo as adversidades, as favelas são lócus de diversidade cultural, de grande sociabilidade marcada pela solidariedade como estratégia de superação das problemáticas cotidianas, tendo entre os seus sujeitos o reconhecimento afirmativo de suas singularidades identitárias. Desta forma, a ideia de “favela” extrapola a dimensão espacial, transborda a dimensão cultural e se expressa ainda em formas de

ser/sentir/estar/viver/(re)existir no mundo. Antes associada a sentidos pejorativos e rejeitada pela própria população, tem se reelaborado através do reconhecimento positivo de muitos moradores das favelas que se afirmam como “favela” ou “favelados” de forma orgulhosa, principalmente os jovens, verbalizando e reivindicando uma humanidade sequestrada pelo racismo patriarcal heteronormativo capitalista.

Educação emancipadora com a Favela

As leituras dos processos sociais, culturais e econômicos que constituem a favela e seus sujeitos colocam as escolas em espaços urbanos em xeque no que tange sua responsabilidade social frente aos díspares indicadores sociais que exprimem desigualdades tão profundas e perversas. Assim, a construção das Pedagogias de Favelas deve assumir o caráter emancipador.

Das questões aqui já abordadas, a fragilidade econômica e a caracterização da favela como espaço de carências de serviços públicos essenciais são alguns dos exemplos que expõem a necessidade curricular de práticas emancipatórias nas pedagogias desenvolvidas em comunidades favelares. Para Arroyo, “as relações políticas de subordinação dos outros povos, dos trabalhadores e de seus movimentos de resistência, exigem ignorá-los na história da produção intelectual, cultural e até pedagógicas da humanidade” (ARROYO, 2012, p. 30). Nesse sentido, dentro das comunidades de favela, as pedagogias tradicionais não dão conta das demandas sociais e econômicas dos sujeitos historicamente excluídos pelas elites. Faz-se necessário, críticas às pedagogias hegemônicas que contribuem para a subalternização dos sujeitos.

Em contrapartida, a estes modelos, precisamos atentar para as práticas pedagógicas desenvolvidas pelos movimentos sociais que produzem pedagogias outras que desestabilizam as pedagogias hegemônicas justamente por trazerem as vozes, culturas, produções de saberes e histórias de luta dos sujeitos tidos como marginais pelo pensamento hegemônico excludente. As comunidades de favelas são estes sujeitos percebidos marginais, postos à margem de um centro que orbita a lógica eurocentrada e colonizadora a ser rompida, trazer as favelas para o centro dos currículos das escolas é reconhecer seus sujeitos tanto como detentores e fomentadores de saberes ancestrais, como construtores de novos saberes e culturas.

Neste sentido, a proposta de educação emancipadora se faz fundamental, por trazer de forma dialógica e contextualizada a crítica aos processos sociais e históricos vivenciados pelos diferentes grupos. A educação emancipadora precisa ser mola propulsora de ação, inquietando o sujeito com sua condição de opressão, para que este possa assumir seu papel na luta anti-opressora.

Deste modo, a necessidade de ação é premissa no combate a toda e qualquer forma de opressão. Freire (2014), ao nos apresentar a Pedagogia do Oprimido, discute a importância da educação crítica como estratégia de libertação. Para tanto, a educação se constitui em instrumento de superação das prescrições históricas que naturalizam a opressão como único caminho possível e os sujeitos, uma vez libertos da condição de oprimidos, sejam vigilantes e passem a lutar contra toda força de opressão, o que presume a vigília sobre si, de modo que o sujeito também não se permita ser opressor de outrem.

Para Freire (2014), o processo de libertação ocorre no campo da observação e crítica do contexto em que o sujeito está imerso. Assim, para os sujeitos das favelas, o reconhecimento de sua condição de oprimido e do mundo, que o envolve, é essencial para que se possa desenvolver alternativas de superação das opressões e atuar neste sentido. Dentro da perspectiva freireana as pedagogias desenvolvidas em comunidades de favelas têm por premissa que suas práticas provoquem o reconhecimento dos sujeitos enquanto sujeitos históricos, ativos, comprometidos com a transformação do próprio contexto social.

As escolas nas favelas, nesta direção, assumem a tarefa de serem espaços de questionamentos das questões sociais e políticas, que compõem não só a favela, mas a cidade e a sociedade como um todo, relacionando o local e global de forma dialógica e dialética. Educadores e educandos passam a atuar para investigar as relações de desigualdade de classe, raça, gênero e sexualidade e para reconhecer as potências culturais e histórias de luta, descortinando as estratégias de resistência dos povos marginalizados contra a opressão das minorias hegemônicas.

Neste sentido, a cultura e a política devem acontecer no centro da educação, sendo que a cultura, ainda que consiga reproduzir as opressões disseminadas na sociedade, pode, por outro lado, “configurar a dimensão simbólica de teor político da construção de uma nova ordem social de libertação” (BRANDÃO; FAGUNDES, 2006, p. 99). Ao apresentar estas análises da relação entre cultura popular e educação, Brandão e Fagundes (2016) argumentam ainda a importância da confluência de diferentes campos, como as ciências, artes e educação, como recursos com potencial transformador. Para os autores, o potencial de dominação, por

meio da alienação e segregação, que a cultura traz em si, nos leva ao desafio de “fazer com que a cultura seja promotora de realização do homem e da mulher como seres de comunicação, possibilitando a abertura das consciências num grau de universalidade crescente” (BRANDÃO; FAGUNDES, 2006, p. 97). Neste sentido, os programas educacionais precisam ser construídos junto aos sujeitos de favela e não para os sujeitos de favela. Se faz necessário que os saberes técnicos e culturais sejam associados de forma horizontal em respeito aos processos culturais e identitários existentes nas comunidades favelares. As pedagogias que atuam em comunidades favelares precisam estar atentas as especificidades e concatenadas com as lutas sociais que se manifestam nesses espaços, bem como estar em diálogo intrínseco, orgânico, rizomático com as diferentes culturas, saberes, identidades, histórias, classes sociais que compõem as favelas.

Dentro desta perspectiva, a interdisciplinaridade é uma demanda necessária à educação popular, por ser este espaço de diversidades, o que requer comprometimento político ético pela transformação social (GADOTTI, 2012). Assim é importante a aproximação com as lutas dos movimentos sociais, em especial, da própria comunidade, posto que a relação entre a educação e os movimentos sociais é relevante às Pedagogias de Favela, pois, os movimentos sociais são porta-vozes das lutas populares dos grupos minorizados, além de servirem de fontes e matrizes de saberes produzidos em processos político-sociais (GHON, 2011). Um exemplo de movimento social que deve (re)existir nos espaços escolares é o Movimento Negro, devido ao caráter étnico-racial das comunidades de favelas. Neste sentido, como reconhece Gomes (2017), o movimento negro possui relevante importância enquanto sujeito educador, que, através de suas ações e saberes produzidos, educa a sociedade ao mesmo tempo, em que por ela é educado.

É de edificante importância que nas Pedagogias de Favela os sujeitos envolvidos com os processos de educação reconheçam a importância da educação antirracista para o desenvolvimento social, econômico, cultural, político e sustentável das comunidades e da sociedade como um todo. Sendo assim, os movimentos sociais têm grande contribuição para dar às escolas por serem forças que trazem significativo potencial de fortalecer os currículos escolares com estratégias e saberes produzidos historicamente nas lutas de resistência pela construção coletiva de sociedades mais equânimes.

Esta interdisciplinaridade alinhada com os saberes produzidos nas histórias de luta dos movimentos sociais coaduna com a proposta de interculturalidade crítica defendida por Walsh (2009), com a qual concordamos. Para a autora se faz fundamental trazer para dentro da

escola as histórias de luta e resistências dos povos subalternizados, potencializando, assim, o caráter emancipador e descolonizador da educação. Tais princípios são fundantes na construção de pedagogias libertadoras para os povos historicamente marginalizados.

Partindo destas proposições, as Pedagogias de Favelas trazem em seu bojo a proposição de leituras críticas dos contextos em que a educação acontece, questionando as relações de opressão, oferecendo alternativas emancipatórias em ações pensadas com os sujeitos. Assim, argumentamos que a educação emancipadora é uma necessidade fundamental às práticas educacionais nas comunidades de favela devido à fecundidade do seu caráter libertador e crítico para a promoção de reflexões que contribuam para que os sujeitos das favelas, reconhecendo-se enquanto históricos, assumam ações de mobilização e organização de forma consciente na luta pelos seus direitos junto ao Estado, e também na superação das próprias contradições que emergem em suas práticas cotidianas. Entretanto, vale frisar que muitas destas contradições estão relacionadas a fatores históricos de raízes coloniais, de modo que descolonização é outra demanda necessária às favelas, e também às escolas que atendem as comunidades de favelas.

Descolonização, Diversidade e Afirmação Cultural

10

As favelas são historicamente espaços colocados como a única alternativa para a população mais pobre que se vê prejudicada na relação dos acordos firmados entre o Estado e as elites econômicas em benefício da minoria mais rica da sociedade. Souza (2001) pontua, por exemplo, a Lei da Terra de 1850, as condições de abandono à população negra após a abolição, o inchaço urbano em função das migrações devido ao declínio da economia rural no final do século XIX, a falta de políticas habitacionais voltadas para as camadas populares, a estratificação social da cidade como marcos no processo de favelização no Brasil.

Estes processos repercutem nas problemáticas relacionadas às questões estruturais e político-econômicas, condicionando as favelas a serem espaços de negação de direitos por meio das ações do Estado frente às demandas sociais e econômicas das comunidades favelares. A estes problemas somam-se os de caráter racial de origem coloniais.

Neste sentido, Souza (2001) aponta a abolição da escravidão como um marco relevante no surgimento das favelas do Brasil. Em função da forma como a abolição da escravatura ocorreu, favorecendo mais uma vez as elites brancas, deixando os negros excluídos dos direitos básicos, como, por exemplo, o direito à habitação.

Este olhar sobre o perfil afro-indígena das populações das favelas na contemporaneidade nos conduz necessariamente a refletir sobre o caráter racializado e etnocentrado da sociedade contemporânea. De acordo com Quijano:

Na América, a idéia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus. Historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas idéias e práticas de relações de superioridade/inferioridade entre dominantes e dominados. [...]. Desse modo, raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade (QUIJANO, 2005, p. 118).

As favelas surgem no contexto da espoliação, se constituem em territórios em que as relações sociais são atravessadas pelo multiculturalismo, ou seja, pelas estratégias e políticas necessárias para se “governar ou administrar os problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais” (HALL, 2003 p. 50). Residindo, neste ponto, uma discussão cara às Pedagogias de Favelas: questionar as relações de poder com bases coloniais que marcam as favelas e a contemporaneidade.

Em resposta, como alternativa de superação às heranças do colonialismo, de caráter segregador e excludente, propomos a interculturalidade em diálogos horizontais e respeitosos, sobretudo de caráter descolonizador, reconhecendo as diferenças e convidando os diferentes grupos sociais para a busca por alternativas e políticas que contemplem a todos (MIGNOLO, 2008).

Assim, o reconhecimento das culturas afro-indígenas urbanas marginalizadas, é primaz às pedagogias desenvolvidas em territórios de favelas, posto que a cultura popular é central neste processo. Dussel (2016) afirma que:

A cultura, como cultura popular, longe de ser uma cultura menor, é o centro menos contaminado e radiante da resistência do oprimido contra o opressor [...]. Para criar algo de novo, há de se ter uma palavra nova que irrompa a partir da exterioridade. Esta exterioridade é o próprio povo que, embora oprimido pelo sistema, é o mais distante em relação a este (DUSSEL, 1973, p. 147 apud DUSSEL 2016, p. 53).

Na perspectiva de reconhecimento e valorização das culturas populares marginalizadas, faz-se necessário partir de um olhar de dentro para afirmação positiva dessas culturas. Segundo o autor, “afirmação dos próprios valores exige tempo, estudo, reflexão,

retorno aos textos ou símbolos e mitos constitutivos de sua própria cultura, antes ou ao mesmo tempo do domínio dos textos da cultura hegemônica moderna” (DUSSEL, 2016, p. 67). A educação tem papel central neste movimento de descolonização e a escola de considerar as culturas dos seus discentes e comunidade local, trazendo-as para o currículo escolar, discutindo suas contradições e, principalmente, reconhecendo suas potencialidades.

Partindo destas reflexões e análises podemos definir elementos para a construção de propostas pedagógicas para comunidades favelares, iniciando pela atenção às relações de poder historicamente estabelecidas, trabalhando para sua desconstrução, desenvolvendo práticas pedagógicas que, além de emancipadoras, sejam também necessariamente descolonizadoras. É com base nesses alicerces que devemos pensar as Pedagogias de Favelas.

Pedagogias de Favelas

Refletir sobre estes elementos e dimensões que compõem as favelas, nos provoca a desvelar a complexidade dos fatores que devem ser levados em consideração ao planejarmos projetos educacionais comprometidos com a transformação social em territórios de exclusão.

Após escutar alguns estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e professores de uma mesma escola, além de estudantes evadidos que também moram no entorno escolar, foi possível sistematizar as informações conforme o quadro 01:

Quadro 01: Sistematização dos dados coletados

APROXIMAÇÕES	DISTANCIAMENTOS	POSSIBILIDADES
Pedagogia de Favela		Enriquecimento etnográfico do currículo escolar com base na cultura e identidade de favela. Valorização e reconhecimento de elementos da Favela (linguagem, história, relações sociais, políticas, espaciais, etc.).
	Exclusão dos estilos musicais de representação da identidade cultural da juventude de favela.	Inserção do pagode, do funk e dos elementos culturais que o constituem, não apenas de forma crítica, mas também valorizativa e ressignificada.
	Fardamento (negação da estética da juventude de favela)	Discussões horizontais e críticas sobre estética e os elementos que a compõem. Discussão sobre a necessidade do fardamento com base em regras sociais a serem respeitadas, assim como o reconhecimento da identidade da (o) jovem de favela.
Comprometimento docente.		Estímulo e motivação à permanência e à aprendizagem das (os) educandas (os).

APROXIMAÇÕES	DISTANCIAMENTOS	POSSIBILIDADES
	Ausência da problemática envolvendo as questões de gênero e sexualidade na escola.	Desenvolver projetos afirmativos permanentes de conscientização para a importância do reconhecimento e valorização da igualdade de gênero e da diversidade sexual.
	Discriminação racial (Racialização, Estereotipagem e exclusão).	Desenvolvimento trabalhos sistematizados que envolva toda a comunidade escolar de forma permanente no enfrentamento do racismo.

Fonte: Arouca (2017, p. 68-69).

Estes pontos sintetizam aproximações e distanciamentos culturais entre a cultura de discentes de favelas e o currículo escolar, evidenciam a necessidade de se desenvolver trabalhos pedagógicos em diálogo com a realidade discente e da comunidade em que a escola atua, considerando os diferentes aspectos culturais que a compõe.

Dáí se destaca a importância do desenvolvimento de trabalhos voltados para as questões pertinentes à reflexão sobre desigualdades, preconceitos e discriminações por raça, gênero e sexualidade. A pesquisa recupera, por exemplo, o discurso racializado denunciado por estudantes, escancarando a estigmatização de estereótipos negros:

Manoela: Se ver um menino tipo ele (*aponta para Nego do Borel*) com cabelo pintado, com relógio, ninguém vai fazer discriminação com ele porque tem medo. Pode ser alguma coisa e pode não ser. Porque a gente não sabe o que a pessoa é.

Nego do Borel: Já vi de rolar isso, tá ligado, de ficar um menino todo arrumadinho e tem outro, tá ligado, tipo de ladrão: ah, vou ficar com o de lá, porque o de lá tem jeito de ladrão, acho que ele é ladrão. Ele pode roubar a gente, matar a gente.

Manoela: Aí não mexe com essa pessoa, que tem esse jeito de ladrão, tipo jeito de ladrão, aí ninguém mexe com ele. Se o menino for nerd, aí todo mundo mexe com ele. (AROUCA, 2017, p. 62).

Como análise deste processo, enfatizamos que debates abordando marcadores de desigualdade na escola são centrais nas discussões curriculares com o intuito de combater estigmas e estereótipos de gênero, raça e sexualidade, uma vez que levam à compreensão de como as desigualdades são construídas e realimentadas diariamente.

O reconhecimento da linguagem e dos códigos culturais do estudante pode vir a contribuir para a aproximação entre professores e estudantes. Estudantes ao serem instigados sobre a identificação com professores, comentam:

Mediador: Tem alguma coisa no jeito deles serem que vocês se identificam?

Nego do Borel: Tem uns que gostam do que eu gosto também. Coisas que eu gosto eles gostam também. Tipo, eu gosto de uma música e ele gosta da mesma música que eu.

Mediador: Por que você acha que isso é positivo? Isso ajuda a aula ficar mais interessante? Por quê?

Manoela: Ajuda porque “ele” (o professor) vai entender as gírias que ele fica falando.

Nego do Borel: Aqui só tem um que gosta das coisas que eu gosto. Eu gosto dele. Gente boa. Não faltou uma aula dele.

Mediador: Você acha que é mais fácil aprender nas aulas destes professores com que vocês se identificam ou com os outros professores?

Nego do Borel: Claro que é com esse, né?

[...]

Nego do Borel: Tem uns que criticam, né, falam “como você gosta disso? Isso não é coisa pra você”. Mas se nós gosta, nós vai mudar porque eles tão falando, é?”

Mediador: E como você se sente quando ele fala esse tipo de coisa:

Nego do Borel: Normal, me sinto normal. Tem coisa que eles falam pro nosso bem, mas tem coisa que não tem nada a ver.

Mediador: Isso faz perder o interesse pela aula?

Nego do Borel: Quando ele diz assim é por isso que não quero mais ir pra aula dele pra ele não falar a mesma coisa de novo.

(Grupo focal II, entrevista realizada no dia 24 de abril de 2017 pelo pesquisador) (AROUCA, 2017, p. 58-59).

Além da linguagem, a utilização espacial e simbólica da comunidade, seja através de atividades de campo, de exemplos hipotéticos, de trabalhos de pesquisa ou contextualizando o conteúdo trabalhado em sala de aula, promove a aproximação e o interesse dos discentes pelas atividades escolares, recriminar elementos culturais, estéticos e linguísticos provoca o distanciamento destes. Desse modo, é possível afirmar que a Pedagogia de Favela traz em sua concepção o reconhecimento e a legitimação da cultura e das identidades de favela, buscando, assim, um currículo crítico e emancipador, objetivando o empoderamento e o protagonismo dos sujeitos de favela. É imprescindível reconhecer e valorizar a linguagem manifesta pelos diferentes grupos sociais, dialogar com seus códigos, estéticas e músicas. O currículo deve estar atento às questões espaciais e geográficas presentes na própria comunidade em que a escola está situada. O resgate histórico é essencial para o reconhecimento identitário e cultural, bem como para a valorização da autoestima da comunidade escolar.

É fundamental considerar que o comprometimento docente precisa estar imbricado nas problemáticas de ordem social, política e cultural que envolvem as relações humanas, desenvolver escutada de forma sensível às demandas dos estudantes, de modo que sejam compreendidas e suas singularidades preservadas, superando as imposições unilaterais que privilegiam apenas os interesses e valores culturais da escola em detrimento das identidades culturais das (os) educandas (os).

Importante destacar a importância do desenvolvimento de trabalhos de perspectiva antirracista. Neste sentido, Arouca e Ribeiro (2019) sinalizam que a aplicação da Lei

10.639/03 aponta para a necessidade de se levar os contextos favelares para as discussões dentro da escola:

Ao trazer a obrigação de discussões dentro das escolas sobre a luta da população negra, e sua participação na constituição da sociedade brasileira nas diferentes áreas, a Lei 10.639/03 abre precedente para a necessidade de se levar para os currículos dos projetos educacionais os contextos sociais, históricos, econômicos etc. das favelas (AROUCA; RIBEIRO, 2019, p. 22).

Esta compreensão reconhece de forma afirmativa e crítica, apontando as potencialidades e contradições existentes nos contextos sociais de favelas, explorando o caráter emancipador e descolonizador da proposta pedagógica. Neste sentido, a perspectiva de emancipação e descolonização assume a forma de binômio inseparável, pressupondo a necessidade de se estabelecer dependência de ambos os elementos ao pensarmos modelos educacionais que se propõem a contribuir para o combate às desigualdades sociais, raciais, de gênero e sexualidade na contemporaneidade. Emancipador no caráter político de fortalecer a luta social e de fomentação do reconhecimento crítico dos atores enquanto sujeitos históricos em ação de transformação social em favor da equidade; e descolonizador pela necessidade de superar as sequelas deixadas pela modernidade-colonialidade, que tanto rege as máximas simbólicas, que definem e redefinem os valores de hierarquização social a partir de parâmetros racializados. Neste sentido:

O reconhecimento do contexto de opressão que estamos imersos – se construído com as problematizações dos olhares das exterioridades do sistema colonial das margens em que favelas e subalternizados se encontram – é elemento fulcral na luta pela emancipação-descolonização, entretanto ela só se faz profícua para a transformação social em favor da equidade, se estiver atrelada a caminhos outros, que sejam contra hegemônicos (AROUCA et al, 2019, p. 178-179).

Assim, é necessário discutir as problemáticas e demandas cotidianas, dialogando seus contextos internos com os processos globais que a circundam, relacionando saberes locais e científicos, trazendo as favelas para o centro do currículo escolar. É importante destacar a relevância do olhar dos sujeitos das favelas sobre seu próprio contexto, bem como, sobre o cenário global em que se insere.

Pegando visão nas (in)conclusões

As favelas são espaços historicamente marcados pela exclusão, constituídos em processos de negação de direitos, vitimados pelas relações entre o Estado e as elites econômicas que, em função dos seus privilégios, prejudicam as camadas mais empobrecidas

da população. Tais processos de exclusão socioeconômico ocorrem também no campo cultural, no qual a hegemonia da cultura eurocêntrica, marginaliza, nega e invisibiliza os outros grupos sociais racialmente discriminados.

Apesar das adversidades impostas, a Favela resiste em movimentos de (re)existências, insistindo na sua permanência nos centros urbanos. É neste universo de problemáticas que as escolas dos centros urbanos estão situadas, tendo que lidar com as consequências das desigualdades socioeconômicas e mediar relações e conflitos que emergem nos pluriversos culturais favelares, contribuindo para construção de sociedades mais equânimes em respeito às diversidades que constituem os contextos dos seus territórios.

Estes desafios postos presumem a necessidade do desenvolvimento de trabalhos pedagógicos implicados com a luta por equidade social, sempre que possível, em diálogo com os movimentos sociais locais. Sendo assim, o caráter sectarista da sociedade de marcas coloniais exige a construção de perspectivas educacionais engajadas politicamente de forma ética, que sejam antirracistas, antissexistas, antiLGBTfóbicas, voltadas para o combate a toda e quaisquer formas de discriminação e opressão.

Neste sentido, é primaz para as Pedagogias de Favelas as construções curriculares, posturas didáticas e práticas pedagógicas fundadas em pedagogias emancipadoras-descolonizadoras. Entendemos que a luta por equidade necessariamente se debruça sobre o reconhecimento do protagonismo histórico do sujeito nas lutas por transformações em suas comunidades e na sociedade, tanto quanto o reconhecimento e valorização das culturas e identidades outras, promovendo diálogos interculturais horizontais com as diversidades que coexistem.

É importante afirmar que, considerando a diversidade de perspectivas coexistentes na sociedade, as Pedagogias de Favelas não se propõem a ser modelo único e definitivo, transformando-se em base epistêmica hegemônica, pelo contrário, se propõem, sim, a construção dialógica de novas perspectivas culturais, sociais, históricas e epistemológicas. Tem como objetivo e desafio reconhecer de forma crítica e afirmativa a centralidade das favelas nas práticas pedagógicas de escolas que atendem comunidades favelares.

Outro ponto relevante é que os debates propostos não podem ser restritos aos sujeitos das comunidades de favela e nem aos específicos territórios de favelas, mas amplos, contemplando diferentes públicos, de modo a combater a invisibilização e negação histórica das favelas e seus sujeitos. Vale também salientar que o reconhecimento dos saberes e

contribuições das comunidades de favela para a sociedade brasileira é garantido pela Lei 10.639/03, quando esta traz a obrigatoriedade do estudo da história dos povos afro-brasileiros.

As Pedagogias de Favelas propõem novo olhar para as práticas educacionais. Ao reconhecer e nomear de forma enfática a importância do trabalho de descolonização por meio da afirmação das culturas e identidades favelares, a presente proposta também contribui para os estudos em Educação Popular, na medida em que atualiza o sentido de popular dentro dos centros urbanos situando-os nas comunidades de favela.

São muito elementos das culturas de favelas a serem discutidos. Cada favela, apesar das similaridades, tem sua própria singularidade e dinâmica. Assim, em cada contexto as práticas pedagógicas terão suas bases teórico metodológicas e epistemológicas próprias.

As Pedagogias de Favelas se inserem no campo de lutas pela equidade de direitos e visibilidade, nas lutas históricas dos povos marginalizados pelo reconhecimento de suas centralidades. São perspectivas contra hegemônicas de educação, de caráter crítico, imbricadas com a transformação social em favor do respeito à dignidade de toda a vida.

Referências

AROUCA, M. de J. **Favelas Pedagógicas: distanciamentos e aproximações entre a cultura escolar e a cultura da (o) educanda (o) de favela.** 2017. 78 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Pedagogia, Universidade do Estado da Bahia, Bahia. 2017.

AROUCA, M. de J.; RIBEIRO, A. C. L. Pedagogias Favelares: Educação em Direitos Humanos e a Lei 10.639/03. In: BOMFIM, N. R.; MEIRELES, E.; SANTANA, L. A. A. (Org.). **Representações, educação e interdisciplinaridade: abordagens teórico-práticas na interface entre diversidade e direitos humanos.** Cruz das Almas: UFRB, 2019, p. 17–25.

AROUCA, M. de J.; BOMFIM, N. R.; ARAUJO, J. S. de; RIBEIRO, A. C. L. Emancipação e descolonização da educação na favela. In: SANTOS, K. da S.; NUNES, E. J. F.; SANTOS, P. J. P. (Org.). **Educação na contemporaneidade: globalização, novas aprendizagens e emancipação.** Curitiba: Editora CRV. 2019, p. 167 – 182.

ARROYO, M. G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** Petrópolis: Vozes, 2012.

BRANDÃO, C. R.; FAGUNDES, M. C. V. Cultura popular e educação popular: expressões da proposta freireana para um sistema de educação. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 61, p. 89-106, jul/set., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/KmYHVqgFMPBfJTjXsRjFFvc/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2016.

DUSSEL, E. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73 jan./abr. 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/se/a/wcP4VWBVw6QNbvq8TngggQk/?lang=pt>. Acesso em: 16 dez. 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 57. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GADOTTI, M. Educação popular, educação social, educação comunitária: conceitos e práticas diversas, cimentadas por uma causa comum. **Revista Diálogos**: pesquisa em extensão universitária, IV Congresso Internacional de Pedagogia Social: domínio epistemológico. Brasília, v. 18, nº 1, dez. 2012, p. 10-32. Disponível em:

<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/3909/2386> Acesso em: 13 dez. 2021.

GOHN, M. G. Movimentos Sociais na Contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. v. 16, n. 47, p. 333-361, maio-ago. 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vXJKXcs7cybL3YNbDCkCRVp/abstract/?lang=pt> Acesso em: 12 dez. 2018.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis: Vozes, 2017.

HALL, S. A questão multicultural. In: HALL, S.; SOVIK, L. **Da Diáspora**: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 49-94.

IBGE. Censo demográfico 2010: **Aglomerados subnormais**: informações territoriais. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em:

http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_agrn_if.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

MIGNOLO, W. D. Desobediência epistêmica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de Letras da UFF**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008. Disponível em:

http://professor.ufop.br/sites/default/files/tatiana/files/desobediencia_epistemica_mignolo.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130. Disponível em:

http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, G. ReFavela (notas sobre a definição de favela). **Lugar Comum**: estudos de mídia, cultura e democracia, n. 39, p. 37-43, 2013. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/view/50827/27570>. Acesso em: 12 dez. 2018.

SILVA, J. de S.; BARBOSA, J. L.; BITETI, M. de O.; FERNANDES, F. L. (Org). **O que é favela, afinal?** Rio de Janeiro: Observatório de Favelas, 2009.

SOUZA, Â. G. Favelas, invasões e ocupações coletivas nas grandes cidades brasileiras – (Re). Qualificando a questão para Salvador- BA. **Cadernos Metrôpole**, n. 05, p. 63-89, 2001.

Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/metropole/article/view/9297>. Acesso em: 02 jan. 2020.

WALSH, C. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, V. M. (Org). **Educação Intercultural na América Latina: entre concepções, tensões e propostas**. Rio de Janeiro: 7 letras. p. 12-42, 2009.

Recebido em: 15 de fevereiro de 2022.

Aprovado em: 28 de março de 2022.